

SINDICATOS DEFENDEM REVISÃO SALARIAL DE 3,5% E DE 5,8% PARA 2008

Quebra do poder de compra dos funcionários é de 10%

**AUMENTOS DE
3,5% CUSTARIAM
CERCA DE 289
MILHÕES**

A **QUEBRA** do poder de compra da generalidade dos funcionários públicos, que entre 2000 e 2007 terá sido superior a 10%, levou os sindicatos da Administração Pública, a fazer chegar ao Ministério das Finanças, a sua proposta para que os salários e pensões sejam aumentados em 3,5% e 5,8% no próximo ano.

Argumentam, para sustentar este valor, várias coisas, entre as quais a “retoma da economia” invocada pelo Governo e “o aumento do custo de vida”.

Os sindicatos associados ao STE (dos quadros técnicos, dos trabalhadores dos impostos, e dos professores) foram os primeiros a avançar com o seu valor: 3,5%. Explicaram este número: valor da inflação prevista para o próximo ano (divulgado pela Banco de Portugal), reposição do poder de compra, competitividade e equidade salariais com o sector priva-

do e o crescimento de preços de bens essenciais, desde o arrendamento, às tarifas da água e luz.

O presidente do STE, Bettencourt Picanço, sustentou a sua proposta com os seguintes argumentos: a actualização foi, em 2006 e 2007, de 1,5%; em termos acumulados, entre 2000 e 2007, o poder de compra dos funcionários diminuiu mais de 10% para os que tiveram um congelamento salarial em 2003/4 e quase 7% para os restantes; e, no caso dos aposentados, a diminuição do poder de compra variou entre 1 e 2,5%. Ain-

da no plano reivindicativo, as três estruturas ligadas ao STE propõem que o subsídio de refeição se situe nos seis euros em 2008.

Face a estes números, o ministro das Finanças reserva o seu silêncio. Mas há quem no seu staff faça contas, lembrando o aumento salarial de 1,5% aplicado nos últimos dois anos (2006 e 2007) aos cerca de 730.000 funcionários, que terá custado entre 100 a 120 milhões. Fazendo cálculos com base num aumento de 3,5%, tal como foi proposto, o gasto dos cofres do Estado ron-

daria cerca de 280 milhões de euros.

**Salário mínimo:
aumento de 5,8%**

A CGTP propôs, por seu turno, um aumento de 5,8% para o salário mínimo nacional, o que o elevaria para 426,5 euros. Quanto à revisão salarial para 2008 a proposta da Frente Comum será “claramente superior à reivindicada pelo STE” (segundo Ana Avoila), mas só será dada a conhecer no próximo dia 14, após a cimeira entretanto agendada para o efeito. Todavia, o SEMA-

NÁRIO apurou que a subida a propor “deverá ser próxima do valor para o salário mínimo nacional, isto é, de 5,8%”.

O aumento de apenas 23,5 euros no salário mínimo nacional, adiantada pela CGTP, resulta, segundo Carvalho da Silva de uma coisa simples: “respeitar o compromisso de alcançar os 450 euros em 2009 e os 500 euros em 2010, tal como ficou no acordo assinado entre os parceiros sociais e o primeiro-ministro, José Sócrates, em Dezembro”. |